

Narrativa, História e Memória Carioca a partir de seus Patrimônios Imateriais¹

Ana Carolina PARADAS²
Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ

Resumo

A partir do decreto nº 23162 de 21 de julho de 2003, no qual o município do Rio de Janeiro passou a reconhecer, proteger e cadastrar aquilo que seriam os patrimônios culturais imateriais da cidade, o presente artigo pretende articular as manifestações histórico-culturais com os conceitos oriundos dos campos de narrativa, de história, de memória e de identidade. Apesar de existirem cinquenta e três patrimônios reconhecidos, serão analisados apenas quatro: a torcida do Flamengo, as Escolas de Samba, os bares e botequins e os vendedores ambulantes de mate, limonada e biscoito de polvilho das praias. Assim, almeja-se com o presente estudo estabelecer uma conexão preliminar entre os campos destacados e os patrimônios imateriais com o intuito de compreender a escolha dos mesmos como símbolos da cidade do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Rio de Janeiro; Patrimônio Imaterial; Narrativa; Memória; Identidade Cultural;

Introdução

Tendo em vista o recente aniversário de 450 anos da cidade do Rio de Janeiro, o presente estudo se justifica pelo esforço de ressaltar e articular conceitualmente e historicamente algumas das tradições culturais que participaram da constituição da cidade.

Em 21 de julho de 2003, através do decreto do prefeito Cesar Maia, passou-se a reconhecer e a cadastrar determinadas manifestações culturais cariocas como “Patrimônios Culturais Imateriais”. Esse reconhecimento se justificou através da necessidade de se manterem vivas as criações e formas de expressões culturais e sociais cariocas. De forma que certos símbolos tradicionais, tão importantes para a constituição da cidade do Rio de Janeiro, não fossem esquecidos e perdidos frente às mudanças contemporâneas.

Atualmente existem cinquenta e três patrimônios imateriais reconhecidos, porém, neste estudo, serão analisados e articulados apenas quatro: a torcida do Flamengo, as Escolas de Samba, os bares e botequins e os vendedores ambulantes de mate, limonada e

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação e Culturas Urbanas do XV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano da UFF, e-mail: anaparadas@gmail.com

biscoito de polvilho nas praias cariocas. A escolha e o recorte sobre esses quatro patrimônios não foi impensada, pois pode-se reconhecer neles os componentes de grandes pilares culturais cariocas: o futebol, o carnaval, a boemia e a praia.

Tendo em vista o ato público de reconhecimento e os hábitos culturais, o principal objetivo desse artigo será a tentativa de estabelecer uma ponte e compreender o motivo que levou esses quatro costumes cariocas a serem escolhidos como patrimônios imateriais. Para isso, o trabalho será dividido em três seções.

A primeira seção será dedicada ao desenvolvimento da ideia de “bem cultural de natureza imaterial”, com a análise do decreto municipal e as suas características. Além disso, serão detalhados e analisados os principais aspectos dos quatro patrimônios imateriais citados anteriormente, buscando fincá-los no cotidiano da cidade. Na segunda seção, os quatro patrimônios imateriais serão relacionados aos conceitos de narrativa, história e memória, a partir de renomados autores como Marialva Barbosa, Roger Chartier, Jacques Le Goff e Maurice Halbswachs. Na terceira e última seção, os patrimônios serão relacionados aos conceitos de identidade cultural e identidade cultural nacional, trabalhados e articulados através da teoria e das contribuições conceituais de Stuart Hall.

Pretende-se através da análise das três seções compreender o motivo que levou a torcida do Flamengo, as Escolas de Samba, os bares e botequins e os vendedores ambulantes de mate, limonada e biscoito de polvilho das praias a serem escolhidos como patrimônios culturais imateriais da cidade do Rio de Janeiro.

1- Patrimônios Imateriais do Rio de Janeiro

Para iniciar o estudo acerca daquilo que seria os patrimônios imateriais do Rio de Janeiro, é imprescindível analisar o próprio ato público e político que decretou a sua criação ou reconhecimento formal e jurídico. A sua origem data de 21 de julho de 2003, quando o então prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Cesar Maia, reconheceu e concebeu através de um decreto (Decreto nº 23162) o registro dos bens culturais de natureza imaterial que constituiriam patrimônio cultural carioca. A importância desse ato pode ser reconhecida na própria citação de sua fundamentação:

O Prefeito da cidade do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais e, considerando o Programa de Proteção e Valorização do Patrimônio Cultural e do Meio Ambiente Urbano previsto no Plano Diretor, Lei Complementar n.º 16/92; considerando a necessidade

de proteger formas de expressão, modos de fazer e viver, criações científicas, tecnológicas e artísticas, manifestações culturais e sociais que conferem identidade cultural ao povo carioca; considerando a necessidade de se preservar a memória coletiva da sociedade carioca; DECRETA:

Art. 1.º Fica instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural carioca.
(Decreto nº 23162 de 21 de Julho de 2003)

Nessa construção legal e jurídica, torna-se interessante notar que em boa parte dos casos e no senso comum, a palavra “patrimônio” remete a algo físico, material, que pode ser medido, mantido e preservado. Contudo, quando adicionado o termo “imaterial”, pode-se considerar tudo aquilo que diria respeito a expressões culturais, tradições, costumes comuns a um determinado grupo etc. Dessa forma, o decreto nº 23162 descrito anteriormente tem como objetivo principal preservar qualquer tipo de manifestação cultural carioca, de modo a conservar e manter viva na sociedade um regime de práticas e códigos que diriam respeito à vida cultural da cidade do Rio de Janeiro.

A lista de patrimônios imateriais da cidade do Rio de Janeiro já engloba hoje e indica a proteção a cinquenta e três patrimônios desde a concepção do decreto acima destacado. Para efeitos do presente estudo, reconhecendo o limite de espaço e de tempo para apresentação do trabalho e trabalhando através dele, serão recortados e expostos quatro desses patrimônios. A escolha se deu a partir da crença e do sendo comum de que os mesmos possam representar alguns dos pilares tradicionais da cultura carioca, que seriam: o futebol, o carnaval, a boemia e a praia.

Antes de adentrar na análise efetiva de cada um desses patrimônios, cabe ressaltar que um dos motivos das manifestações culturais serem reconhecidas e consideradas imateriais deve-se ao fato de que essas tradições cariocas possuíam a qualidade intrínseca de poderem ser estendidas para o restante do Brasil e identificadas mundialmente. Assim, a cultura local, restringida a um espaço e a seus hábitos, possuiria necessariamente uma inscrição nacional em termos de identificação e passaria a ser considerada nessa escala por sua tradição, sendo fortalecida pela vontade da população em perpetuar esses hábitos. Essas características teriam levado e levam a cultura popular carioca a ser mundialmente conhecida e reconhecida.

Quanto aos patrimônios imateriais, o primeiro a ser destacado é a notória torcida do Clube de Regatas do Flamengo. Mais conhecida como “Nação Rubro-Negra”, trata-se da maior torcida do Rio de Janeiro, bem como de todo Brasil. A fundamentação da sua imaterialidade se daria no sentido de reconhecer que as partidas realizadas pelo Flamengo

no Estádio Mário Filho (Maracanã) trouxeram paixão, euforia e animação tanto para o futebol carioca, como para o brasileiro. Por esse motivo, no dia 4 de dezembro de 2007, a torcida do Flamengo passou a ser considerada patrimônio imaterial do Rio pelo Decreto nº 28787.

Além da torcida do Flamengo, quando se fala em Rio de Janeiro, não se pode deixar de citar as tradicionais Escolas de Samba da cidade. É inegável o fato das multidões que se emocionaram e vibraram com os sambas-enredos famosos e os espetáculos proporcionados pelas escolas Mangueira, Portela, Estácio de Sá, dentre tantas outras. A cidade, que já é um ponto turístico pelas belezas naturais, é também um dos símbolos do carnaval nacional, e, por isso, não é por menos que o período das festas é um dos que mais recebe turistas durante o ano inteiro. Para reafirmar e reconhecer esse fato, em 31 de janeiro de 2008, o Decreto nº 28980 fez com que as Escolas de Samba fossem consideradas um dos patrimônios imateriais cariocas.

Junto ao samba, pode-se destacar a boemia, que é tradicionalmente carioca e está intimamente presente no cotidiano da população. “De segunda a segunda”, não há período definido para se beber uma “cerveja gelada” que “refresca” o “dia a dia de clima acalorado da cidade do Rio”. Para reconhecer e proteger essa imaterialidade cultural, bares tradicionais como o Café Lamas no Flamengo (desde 1874), Bar Brasil no Centro (desde 1907), Bar do Gomes em Santa Teresa (desde 1926), entre outros, estão na lista dos Bares e Botequins tradicionais que passaram a ser patrimônios imateriais do Rio de Janeiro pelos Decretos nº 34869 de 5 de dezembro de 2011 e nº 36605 de 11 de dezembro de 2012.

Por último, é inegável que se trata de um costume carioca a ida à praia. Devido ao “dia a dia corrido”, muitas pessoas só conseguem ir à mesma nos finais de semana, mas sempre há quem “dê uma escapada da rotina” para prestigiar a beleza natural das praias cariocas também durante a semana. O carioca que vai à praia não somente frequenta um espaço público ordinário ou uma paisagem meramente turística, ele vai à praia e se insere em uma rede de práticas culturais e cotidianas, principalmente quando precisa beber um mate como limão e comer um biscoito de polvilho para completar o seu circuito. Devido a essa tradição, o vendedor ambulante de mate, limonada e biscoito de polvilho se tornou patrimônio imaterial carioca a partir do decreto nº 35179 de 2 de março de 2012.

Todos esses patrimônios juntos, quais sejam, a torcida do Flamengo, as Escolas de Samba, os bares e botequins e os vendedores ambulantes, formam os quatro relevantes patrimônios culturais imateriais da cidade do Rio de Janeiro que foram destacados. Eles

prestigiam o futebol, o carnaval, a boemia e a praia, símbolos culturais cariocas que são reconhecidos e transpostos para o mundo.

2- Narrativa, História e Memória Carioca a partir de seus Patrimônios Imateriais

A partir das ideias expostas anteriormente, nesta segunda etapa do estudo pretende-se compreender a narrativa da cidade do Rio de Janeiro a partir dos quatro patrimônios culturais: torcida do Flamengo; Escolas de Samba; bares tradicionais; vendedor ambulante das praias. Com o intuito de realizar essa aproximação, será manejada a obra da autora Marialva Barbosa, na medida em que contribui e demonstra impecavelmente a forma como o autor francês Ricoeur trabalha suas noções de tempo e a narrativa.

Dessa forma, nas trilhas apontadas por Barbosa a partir de Ricoeur, pode-se destacar e considerar que a intriga ou o *muthos* seria aquilo que permitiria que uma história contada possua algo como início, meio e fim.

Seguindo Aristóteles, Ricoeur designa como intriga (o *muthos*) a composição verbal que faz com que o texto se transforme em narração. A organização da intriga consiste, pois, na operação e seleção e organização dos acontecimentos (as ações contadas) a qual permite a história contada (qualquer que seja ela) ser completa e uma, com começo, meio e fim.
(BARBOSA, 2007, p.140)

Em suma, a intriga, em Ricoeur, é a unidade inteligível que conjuga circunstâncias, finalidades, meios, iniciativas, consequências não-desejadas, ou, nas suas próprias palavras, “o ato de tomar em conjunto” (conjugação) os ingredientes da ação humana, que na experiência diária aparecem muitas vezes como heterogêneos e discordantes.
(BARBOSA, 2007, p.141)

Dessa forma, a intriga seria aquilo que conjugaria os componentes das ações humanas do cotidiano (sendo eles concordantes ou não), tendo como objetivo final a construção de uma narrativa sem a perda das características imprescindíveis e de seus elementos principais.

Não obstante, além da intriga, Barbosa ainda destaca que para que a história da narrativa tenha uma progressão, é necessário que ocorra um “acontecimento” (2007, p.141). Esse “acontecimento” seria algo maior do que simplesmente acontece: o acontecimento é componente intrínseco da própria narrativa e faria parte de seu corpo, não passível um distanciamento.

Barbosa também aponta que a história seria sempre e deveria ser reconhecida como uma história dos homens, ou seja, uma história que somente acontece a partir e através dos homens. Por isso, a história não poderia romper com a narrativa e a narração, pois o objeto da história é a ação humana e essa tem necessariamente de ser descrita a partir da narração. Nesse sentido, Barbosa afirma:

A história é sempre a história dos homens que são portadores, agentes, vítimas das forças, das intuições, das funções, dos lugares onde estão inseridos. E é nesse sentido que ela não pode romper com a narração, já que seu objeto é a ação humana que implica agentes, finalidades, circunstâncias e resultados.
(BARBOSA, 2007, p.141-142)

Voltando para o objeto do presente estudo, pode-se preliminarmente considerar que:

a) os quatro patrimônios imateriais escolhidos são históricos, pois são tradicionais da cidade do Rio e são frutos dos hábitos e costumes da população da cidade (os homens); b) foram estabelecidos devido a uma intriga, ou seja, o valor que foi criado em torno dos patrimônios se deu a partir do ato de conjugar os acontecimentos das ações humanas, que com o desenrolar histórico chegou até os dias atuais em forma de tradição; c) e, por fim, tudo isso foi possível devido à narratividade intrínseca a este processo, que permitiu a construção de uma narrativa carioca que valorizou certos patrimônios, a partir das ações históricas dos indivíduos e a possibilidade da intriga tornar isso inteligível.

Do início aos meados do século XX, momento em que a cidade do Rio de Janeiro ainda era capital nacional, deu-se corpo ao processo em que os patrimônios culturais imateriais deste estudo foram começando a cair no gosto da população carioca. Aos poucos e cada um a sua época, foram se constituindo como integrantes da figura da cidade. Tanto a torcida do Flamengo, as Escolas de Samba (ainda simples, bem diferentes das de hoje em dia), quanto o hábito de ir a bares e a praia, passariam a ser hábitos tradicionais da população através da história e do tempo. Pode-se considerar que essas tradições foram fortalecidas através do discurso historiográfico e, nesse sentido, acompanha-se Certeau:

Coloca-se como historiográfico o discurso que ‘compreende’ seu outro – a crônica, o arquivo, o documento -, quer dizer, aquilo que se organiza folheado, do qual uma metade, contínua, se apoia sobre outra, disseminada e assim se dá o poder de dizer o que a outra significa sem saber. Pelas ‘citações’, pelas referências, pelas notas e por todo o aparelho de remetimentos pertinentes a uma linguagem

primeira, o discurso se estabelece como saber do outro.
(CERTEAU, 1982, p.111)

No decorrer das décadas, as fotos, matérias, e documentos passaram a arquivar e a construir uma história da cidade do Rio de Janeiro. Ao fazer isso, os hábitos e costumes populares foram juntamente reconhecidos e armazenados. Assim, através do discurso historiográfico, permitiu-se aos patrimônios imateriais - que à época ainda não tinham esse título -, a sua existência e permanência, garantindo a sua passagem de geração em geração para a população futura da cidade. Nesse sentido, deve-se afirmar que boa parte do que existe hoje enquanto prática cultural foi estabelecido a partir do conhecimento de “outros” em uma dimensão temporal, ou seja, daqueles que viveram à época e garantiram as práticas.

Relacionando os campos do discurso histórico, da memória e da história propriamente dita, Chartier (2009) sustenta que seria a partir da memória que o discurso histórico encontraria a referência de seu objeto que está no passado, ou seja, naquilo que ele pretende relembrar. Dessa forma:

O testemunho da memória é o fiador da existência de um passado que foi e não é mais. O discurso histórico encontra ali a certificação imediata e evidente da referencialidade de seu objeto. [...] Mas não por isso memória e história são identificáveis. A primeira é conduzida pelas exigências existenciais das comunidades para as quais a presença do passado no presente é um elemento essencial da construção de seu ser coletivo. A segunda se inscreve na ordem de um saber universalmente aceitável, ‘científico’.
(CHARTIER, 2009, p.23-24)

A ideia do conceito de memória que Chartier concebe e compreende coloca essa como essencial para a construção do ser coletivo. Ou seja, seria a partir da memória que se tornaria possível ao passado se presentificar no próprio presente, e isso que tornaria viável a construção do ser coletivo.

Portanto, surgiria o questionamento: mas de onde vem a memória? Sabe-se que ela é essencial para a construção do ser coletivo, porém ainda seria necessário compreender as acepções daquilo que seria cultura e que Chartier maneja e traz a esse estudo para compreender o objeto a partir do qual a memória passa a existir. Nos caminhos deixados pelo autor, cultura poderia ser tanto aquilo que designaria as obras e os gestos de uma sociedade em meio ao seu cotidiano, quanto aquilo que aponta para as práticas comuns que permitiriam a uma comunidade ou a um indivíduo viver e refletir sobre sua relação com o mundo, com os outros ou com eles mesmos. Nesse sentido, “a totalidade das linguagens e

das ações simbólicas próprias de uma comunidade constitui sua cultura.” (CHARTIER, 2009, p.35). Assim, é a troca cultural interpessoal e intersubjetiva de uma comunidade que torna viável a idealização da memória e, a partir da memória, torna-se possível à obtenção do ser coletivo, da história e do discurso historiográfico.

Ademais, Chartier também contribui para o presente estudo com as ideias e conceitos de “representação” e “história da cultura”. Segundo o autor, as representações seriam aquilo que criariam a crença de que o que existe no passado é real, sendo também a chave fundamental para a condução da cultura histórica, pois vincularia as imagens aos escritos, tornando viável sua leitura. Nesse sentido:

As representações não são simples imagens, verdadeiras ou falsas, de uma realidade que lhes seria externa; elas possuem uma energia própria que leva a crer que o mundo ou o passado é, efetivamente, o que dizem que é. Nesse sentido, produzem as brechas que rompem às sociedades e as incorporam nos indivíduos. Conduzir a história da cultura escrita dando-lhe como pedra fundamental a história das representações é, pois, vincular o poder dos escritos ao das imagens que permitem lê-los, escutá-los ou vê-los, com as categorias mentais, socialmente diferenciadas, que são as matrizes das classificações e dos julgamentos.
(CHARTIER, 2009, p.51-52)

Através dos conceitos de Chartier, acredita-se que os patrimônios culturais imateriais cariocas fazem parte da história cultural local e, por isso, seriam produtos de uma troca entre história e representação cultural da cidade do Rio de Janeiro. A importância dessa relação “história somada à representação” seria o reconhecimento da viabilidade da construção das tradições cariocas, na medida em que seriam as bases dos patrimônios estudos no presente trabalho.

Além da história e da representação, reconhece-se também a contribuição conceitual de Le Goff que, no trecho destacado, relaciona o tempo (passado, presente e futuro) com a construção da memória coletiva e individual:

Compreender o tempo é essencialmente dar provas de reversibilidade. Nas sociedades, a distinção do presente e do passado (e do futuro) implica essa escalada na memória e essa libertação do presente que pressupõe a educação e, para além disso, a instituição de uma memória coletiva, a par da memória individual. Com efeito, a grande diferença é que a criança – não obstante as pressões do ambiente exterior – forma em grande parte a sua memória pessoal, enquanto a memória social histórica recebe os seus dados da tradição e do ensino, aproximando-se porém do

passado coletivo enquanto construção organizada. (LE GOFF, 1990, p.205-206)

De acordo com o autor, o decorrer temporal permite às pessoas a formação de suas memórias pessoais (individuais) e, ao mesmo tempo, a possibilidade de receberem estímulos externos como a tradição e o ensino, que viabilizariam a formação da memória social. Nesse sentido, os patrimônios imateriais trabalhados aqui poderiam e devem ser classificados como pertencentes a uma memória social, uma vez que se reconheça que eles fazem parte das tradições da cidade.

Halbwachs também contribui para esse estudo com a distinção entre “memória histórica” e “memória coletiva”. No caminho apontado pelo autor, poder-se-ia entender que a primeira seria uma memória criada a partir de fatos comprovados que ocorreram no passado. A segunda, a “coletiva”, seria criada a partir de uma imaginação do passado, na medida em que teria por base apenas a lembrança. Além disso, o autor ainda pontua que a partir dessas duas memórias, outras memórias poderiam ser criadas, através da possível mudança das formas e objetivos de cada uma. Dessa forma:

[...] uma notável distinção entre a "memória histórica", de um lado, que supõe a reconstrução dos dados fornecidos pelo presente da vida social e projetada no passado reinventado; e a "memória coletiva", de outro, aquela que recompõe magicamente o passado. Entre essas duas direções da consciência coletiva e individual desenvolvem-se as diversas formas de memória, cujas formas mudam conforme os objetivos que elas implicam. (HALBWACHS, 1990, p.14-15)

Situando-se apenas na memória coletiva em si, Halbwachs acentua que esta fixa sua atenção sobre um mesmo grupo, algo como imutável. Apenas as relações do grupo com grupos externos que se alternariam. Para o autor, a memória coletiva tem como principal papel desenvolver um conteúdo idêntico, sempre girando em torno do próprio grupo, pois:

A memória coletiva é o grupo visto de dentro [...] A memória coletiva é um quadro de analogias, e é natural que ela se convença que o grupo permanece, e permaneceu o mesmo, porque ela fixa sua atenção sobre o grupo, e o que mudou, foram as relações ou contatos do grupo com os outros. Uma vez que o grupo é sempre o mesmo, é preciso que as mudanças sejam aparentes: as mudanças, isto é, os acontecimentos que se produziram dentro do grupo, se resolvem elas mesmas em similitudes, já que parecem ter como papel desenvolver sob diversos aspectos um conteúdo idêntico, quer

dizer, os diversos traços fundamentais do próprio grupo. (HALBWACHS, 1990, p.88)

Apesar da contribuição, não se pode transpor plenamente as construções conceituais de Halbwachs para o presente trabalho. Deve-se destacar que diferentemente do exposto no trecho destacado e para efeito da análise aqui empreendida, as memórias coletivas seriam construídas através de histórias culturais que teriam por base as identidades culturais dos indivíduos em épocas distintas e, dessa forma, dever-se-ia reconhecer uma alternância para dentro do grupo. Não se pode afirmar que toda e qualquer singularidade do grupo possa ser mantida independentemente de uma temporalidade. Porém, pode-se compreender e reconhecer a contribuição do trecho a partir da ideia de que essa memória coletiva seria aquilo que permitiria a criação da tradição do grupo e, essa sim, poderia se perpetuar ao longo dos anos, como seria o caso dos patrimônios imateriais.

3- Identidade Cultural Carioca

Os patrimônios culturais imateriais deste estudo foram escolhidos pelos órgãos competentes a partir da sua relevância dentro da cultura carioca e de sua identidade cultural. Afinal, uma cultura é composta a partir de identidades. A identidade de cada um é formada e transformada continuamente em relação às formas como cada sujeito é interceptado por diferentes sistemas culturais. Assim, essa identidade é definida historicamente e, nesse sentido, Hall afirma:

A identidade, então, costura (ou, para usar uma metáfora médica, “sutura”) o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados. Argumenta-se, entretanto, que são exatamente essas coisas que agora estão “mudando”. O sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades. (HALL, 2005, p.12)

Atualmente, os sujeitos estariam expostos aos constantes bombardeamentos culturais que ocorrem na sociedade contemporânea. Assim, cada indivíduo passa a não ter apenas uma, mas diferentes identidades. A história, o comportamento e os valores da comunidade nas quais os sujeitos se constituíram passaram e passam por mudanças e, junto com eles, o “eu” interior também se transforma.

Outra abordagem de Hall a ser registrada aqui diz respeito às identidades culturais nacionais. Elas seriam caracterizadas pela identidade que cada indivíduo tem em relação à sua nação e ao seu país. Na maioria das vezes, esse tipo de identidade coincide, ou seja, é a mesma para o grupo que viveu e cresceu no mesmo local.

Para o autor, a identidade nacional não seria inata. Na verdade, ela surgiria e se transformaria dentro de nós, através de um sistema de representação cultural. Isso pode ser explicado pelo fato de nascermos dentro de um grupo que já possui suas características próprias, como costumes, valores e crenças. Ao crescermos, modificar-nos-íamos interiormente de acordo com os estímulos e as influências que recebemos do exterior, ou seja, da sociedade em que vivemos.

Segundo Hall (2005, p.49), nas sociedades ocidentais, a identidade que antes pertencia a um pequeno grupo, passou a dar lugar para uma cultura nacional. Sendo assim, os indivíduos passaram a ser leais e a se identificarem com a nação, redirecionando a sua atenção que antes era dada apenas à comunidade, passando a transferi-la para seu país. Dessa forma:

As culturas nacionais são uma forma distintivamente moderna. A lealdade e a identificação que, numa era pré-moderna ou em sociedades mais tradicionais, eram dadas à tribo, ao povo, à religião, à região, foram transferidas, gradualmente, nas sociedades ocidentais, à cultura nacional. (HALL, 2005, p.49).

A formação das culturas nacionais contribuiu para a criação de padrões de alfabetização universais, uma única língua como idioma dominante na comunicação de uma nação e a instauração de instituições culturais nacionais. Assim, a cultura nacional acabou se tornando um dispositivo promotor da industrialização e a modernidade. A partir dessa cultura, permitiu-se que a comunicação e convivência entre os indivíduos se tornasse mais fácil, uma vez que esses passaram a possuir uma igualdade ou proximidade com relação aos ideais culturais. Portanto, destaca-se que:

As culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações. Uma cultura nacional é um discurso – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos. (HALL, 2005, p.50).

No estudo em questão, pode-se considerar que os patrimônios culturais imateriais como a torcida do Flamengo, as Escolas de Samba, os bares e os vendedores ambulantes das praias cariocas se tornaram patrimônio imaterial por fazer parte da identidade cultural local do Rio de Janeiro. Isso porque, essas características identitárias, mesmo que façam parte hoje também da identidade nacional brasileira, são originalmente cariocas. Como a identidade cultural se caracteriza através um sistema de representação cultural dentro de um grupo, pode-se concluir que, inicialmente, os patrimônios foram considerados cariocas por refletirem a identidade cultural da cidade do Rio de Janeiro.

Considerações finais

O presente estudo teve como objetivo inicial relacionar quatro dos patrimônios culturais cariocas (a torcida do Flamengo, as Escolas de Samba, os bares e botequins e os vendedores ambulantes de mate, limonada e biscoito de polvilho das praias cariocas) com os grandes pilares: narrativa, história, memória e identidade.

Entrelaçou-se os quatro pilares com a produção cultural pertinente à cidade do Rio de Janeiro para tentar compreender, inicialmente, o motivo desses patrimônios imateriais terem sido uma prática corrente e respeitada por parte da população carioca e escolhidos pelos órgãos responsáveis enquanto merecedores de proteção e preservação.

A partir das análises expostas anteriormente, pode-se considerar, nesse estudo inicial, que os patrimônios culturais imateriais foram escolhidos devido ao fato da identidade cultural carioca ter sido construída historicamente a partir de sua narrativa e memória coletiva perante a cidade do Rio de Janeiro e o Brasil.

Referências Bibliográficas

BARBOSA, Marialva. **Percursos do olhar: comunicação, narrativa e memória**. Niterói: Eduff, 2007.

BRASIL. Decreto nº 23162, de 21 de Julho de 2003.

BRASIL. Decreto nº 28787, de 4 de Dezembro de 2007.

BRASIL. Decreto nº 28980, de 31 de Janeiro de 2008.

BRASIL. Decreto nº 34869 de 5 de Dezembro de 2011.

BRASIL. Decreto nº 35179, de 2 de Março de 2012.

BRASIL. Decreto nº 36605 de 11 de Dezembro de 2012.

CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. **A História ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora UNICAMP, 1990.

MEINICKE, Thaís. **Saiba quais são os patrimônios imateriais do Rio**: Marcas registradas da cultura da cidade, os 53 itens são o que melhor representam o jeito carioca de levar a vida. Rio de Janeiro: Veja Rio, 2015. Disponível em: < <http://vejario.abril.com.br/materia/cidade/saiba-quais-sao-os-patrimonios-imateriais-do-rio> > Acesso em: 13 jul. 2015.